

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijui

UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA DA MUDANÇA CLIMÁTICA¹ AN ANALYSIS OF THE POLITICS OF CLIMATE CHANGE

Vítor Kinalski De Souza², Daniel Rubens Cenci³, Brunno Leonarczyk Bomfim⁴

¹ Projeto de pesquisa intitulado O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO: EM BUSCA DA JUSTIÇA AMBIENTAL E DA SUSTENTABILIDADE

² Aluno da graduação em Direito na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI; bolsista PIBIC/CNPq no projeto "O direito ambiental no contexto da sociedade de risco: em busca da justiça ambiental e da sustentabilidade"; vitor.kinalski@outlook.com.

³ Orientador. Pós-Doutor em Geopolítica Ambiental Latinoamericana; Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento; Professor do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUI; E-mail: danielr@unijui.edu.br

⁴ Aluno da graduação em Direito na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI; brunno_lol_1998@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o aumento gradual da temperatura média do planeta tem sido tópico recorrente no cenário internacional. Embora a ciência contemporânea seja capaz de apontar os danos gerados pelo aquecimento global com inédita precisão, no âmbito político internacional, não há cooperação efetiva entre as nações para que o zelo com o planeta se torne vetor das políticas mundiais.

Esta pesquisa objetiva, portanto, analisar o ponto de vista de Anthony Giddens no livro *A política da mudança climática* (2009). No qual o autor aponta as causas do aquecimento global, seus possíveis efeitos e quais as soluções crê serem cabíveis na mudança de cultura necessária, para que as condições climáticas não culminem numa nova grande crise.

METODOLOGIA

A metodologia é do tipo exploratória, e trata do tema das mudanças climáticas, tecendo considerações a respeito do viés político e jurídico. Para sua realização, utilizou-se de livros, legislações e dados oficiais, bem como, todos os instrumentos disponíveis na internet, baseando-se essencialmente no método de abordagem hipotético-dedutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aquecimento global, conforme expõe Giddens (2010), tem sua origem no efeito estufa, que consiste em processo natural do planeta para absorver parte da energia vinda do Sol em forma de

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijuí

calor. Os estudos acerca deste efeito iniciaram-se com o cientista francês Jean-Baptiste Joseph Fourier, que calculou a quantidade de energia oriunda do Sol em forma de radiação infravermelha, bem como a proporção que a Terra irradia da energia percebida. Chegou à conclusão de que se o planeta não conservasse parte da energia proveniente do Sol, congelaria. Percebendo a realidade como diversa à hipótese gelada, deduziu, portanto, que o dióxido de carbono (CO₂), presente na atmosfera, age como as paredes de uma estufa, mantendo parte da energia solar em forma de calor e, conseqüentemente, elevando a temperatura terrestre a um patamar tolerável à vida.

O dióxido de carbono é o principal causador do efeito estufa, porém há outros gases que contribuem, tais como o metano e o vapor d'água. Todos presentes na atmosfera em quantidade relativamente pequena. Ocorre que, nos tempos modernos, o efeito estufa tem sido sumamente acelerado pela ação humana, tendo em vista que a indústria moderna utiliza, basicamente, a queima de combustíveis fósseis como fonte energética, emitindo elevada quantidade de dióxido de carbono.

O avanço da ciência, referentes à coleta de dados climáticos, tem facilitado a apuração do impacto das mais diversas atividades diárias contemporâneas no aumento da temperatura média do planeta. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas - *Intergovernmental Panel on Climate Change* -, foi criado em 1988 e é, atualmente, referência nos estudos das variações do clima no planeta (IPCC, n.d.).

O IPCC (2003) constatou que o aumento da temperatura do planeta tem acelerado o degelo em regiões de congelamento permanente, nas quais a superfície gelada constitui uma espécie de capa protetora de grandes quantidades de vegetação decomposta, que, se exposta, irá liberar na atmosfera grande quantidade de dióxido de carbono. Outra causa do aumento da temperatura é o aquecimento das águas oceânicas, que as tornam mais ácidas e também aumentam o nível da emissão de gases geradores do efeito estufa, além de causar dano - que não se tem ao certo a extensão, mas sabe-se que é catastrófico - na fauna e flora marinha.

Por mais que aquecimento descontrolado da temperatura do planeta apresente desde já resultados pavorosos - mesmo que não apocalípticos - e a sociedade os conheça, as massas populacionais não sentem a necessidade de mudar os hábitos correntes nem de tomar posição a respeito do que acontece. Os riscos são iminentes, no entanto não geram comoção social suficiente para que o mercado modifique suas praxes e passe a adotar, como regra, as energias limpas, nem se preste a devida atenção nas práticas cotidianas.

De acordo com Giddens (2010), falta de consideração aos riscos inerentes às mudanças climáticas tem a ver com o "desconto do futuro". Os maiores danos causados pela alteração da temperatura estão situados no futuro, por isso geram menos preocupação para a sociedade em geral do que os problemas do presente. A maioria das pessoas reconhece o problema do aquecimento global como real, porém não possui motivação para ativamente lutar contra as suas causas. Preferindo uma recompensa imediata, mesmo que isso signifique abrir mão de, futuramente, ser recompensado

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijuí

com algo melhor.

Os combustíveis fósseis têm papel central no desenvolvimento econômico desde a Revolução Industrial e do avanço das técnicas de extração, respectivamente. Porém, o crescimento da economia perde sentido no momento em que deixa de trazer qualquer aspecto de bem-estar, social e individual. Neste ponto, os visíveis efeitos do aquecimento global demonstram que, apesar de se possuir reservas de combustíveis fósseis para as próximas décadas, não é recomendável que a utilização destes se mantenha como a principal fonte energética.

O carvão representou a ascensão da indústria no modelo que se apresenta hoje em dia, reduzindo consideravelmente a necessidade do emprego de força humana na produção em massa. Richard Heinberg (2003), no contexto social estadunidense, comparou a energia gerada por um ser humano em contraponto à gerada pelo combustível que alimenta as mais diversas máquinas usadas no dia-a-dia, chegando à conclusão de que o cidadão médio, para manter seu estilo de vida, usa por meio de combustíveis a energia produzida pelo equivalente a cento e cinquenta seres humanos. Do ponto de vista energético é um combustível seguro, por outro lado, do ponto de vista ambiental tem potencial devastador. Seja pela fuligem, seja pelos gases que emite quando da queima. O carvão é atualmente o principal meio de combustível da China, país hegemônico na atividade industrial internacional.

Neste contexto, Jeremy Rifkin (2013) apontou que o preço do barril de petróleo atingiu em julho de 2008 o preço de US\$ 187, seu pico. Isto se dá devido fato de, basicamente, todos os produtos da cadeia industrial serem feitos e/ou movidos por combustíveis fósseis. Além de ser matéria-prima de uma grande quantidade de combustíveis automotivos, é também ingrediente de fertilizantes, tintas, borrachas, plástico, entre outros. O petróleo movimenta grandes quantidades de capital, fato que dificulta o questionamento da dependência do mercado acerca deste, no entanto, crises enfrentadas pelo aumento do preço do barril abrem espaço para que se possa revisar as prioridades da indústria e reavaliar a segurança energética proporcionada pelo combustível fóssil em questão.

A importância de examinar o impacto dos combustíveis fósseis na economia mundial reside no fato de que, enquanto os lucros provenientes da exploração de atividades que contribuem com o aquecimento global superarem os lucros de qualquer outro setor da economia, será cada vez mais difícil adotar novos meios de geração de energia, como a eólica, termelétrica, das ondas do mar e solar, sem uma intervenção radical estatal globalizada. De outra banda, a mudança apenas na legislação e na tributação não trará os resultados almejados, pelo menos não a longo prazo, uma vez que os governos dos países democráticos possuem tempo determinado no poder, sendo necessário que a preocupação com a mudança climática transcenda os ideais políticos de cada vertente. Além de o engajamento popular representar grande força nos debates. Desta forma, Giddens propõe, entre outros, dois conceitos fundamentais: convergência política e convergência econômica.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijui

A convergência política concerne na valoração positiva da política da mudança climática quando comparada a outros objetivos políticos. Diz respeito ao alcance desta política no âmbito social e a capacidade que tem de inovar e influenciar o modo de vida atual (GIDDENS, 2010). Por exemplo, políticas públicas que culminam na diminuição da emissão de carbono, tais como diminuição do uso de automóveis individuais. Já a convergência econômica trata das vantagens econômicas auferidas por aqueles que busquem inovar no sentido de aliar a redução da emissão com as táticas de mercado. Ou seja, evitar que empresas sejam prejudicadas na competição que é o mercado se tentar incorporar na sua filosofia, métodos que não contribuem com o aquecimento do planeta. Porém, acredita que abstenções individuais não constituem o caminho mais eficaz para fazer frente ao aumento gradual da temperatura.

O problema deve transcender o individualismo, em se tratando de buscar mudanças que afetarão diretamente a continuidade do ser humano no solo terrestre, não se pode rotular a luta contra a emissão de gases geradores do efeito estufa como sendo ideologicamente de esquerda ou de direita. Neste sentido, surgem os acordos internacionais. O mais recente deles é o Acordo de Paris de 2015, que no seu Artigo 2º estabeleceu os seus principais objetivos, sendo eles:

- (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima; (b) Aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; e (c) Tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo a um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.

Representou o primeiro acordo de caráter efetivamente global que diz respeito a como o mundo lidará com a mudança climática, reunindo na ocasião 195 países. O Brasil, ao prestar o compromisso de cumprir o acordo, vinculou-se às metas de reduzir a emissão de carbono em 37% até 2025 e 43% até 2030, tendo como referencial a quantidade emitida no ano de 2005 (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, n.d.).

Por este segmento, passamos agora às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que a humanidade entenda que precisa discutir os rumos da civilização no que diz respeito ao cuidado do meio em que habita. O planeta Terra, ao longo de sua extensa cronologia,

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: Bolsistas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica da Unijuí

foi palco de grandes extinções. No entanto, sempre se recuperou no intervalo de poucos milhões de anos, embora as populações nele residentes tenham tragicamente encontrado seu fim.

Neste sentido, o sentimento de onipotência característico do *homo sapiens* deve ser encarado como a falácia que de fato é, introduzir às pautas políticas o enfrentamento das atividades causadoras do aquecimento global não é uma questão de salvar o planeta, uma vez que a humanidade não é detentora do poder necessário para destruí-lo, mas de garantir que a qualidade de habitável para seres humanos perdure por mais tempo do que o estimado nos parâmetros atuais.

Palavras-Chave: Acordo de Paris; Aquecimento Global; Combustíveis Fósseis; Sustentabilidade.

Keywords: Global Warming; Fossil Fuels; Sustainability; The Paris Agreement.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO DE PARIS. (2015). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/Acordo_Paris.pdf> . Acesso em 24 Jul. 2018.

GIDDENS, ANTHONY. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 314 p.

HEINBERG, Richard. **The party's over**. Ilha Gabriola, Colúmbia Britânica, New Society Publisher, 2003.

IPCC. **Organization**. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml>> . Acesso em: 24 Jul. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Pretendida contribuição nacionalmente determinada para consecução do objetivo da convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/BRASIL_iNDC_portugues.pdf> . Acesso em: 24 Jul. 2018.

RIFKIN, Jeremy. **Energizing the third industrial revolution**. (2013). Disponível em: <<https://www.energy.siemens.com/us/pool/hq/energy-topics/publications/living-energy/pdf/issue-08/Industrial-Revolution-Rifkin-Living-Energy-8.pdf>> . Acesso em 24 Jul. 2018.